

Termo de propositura de Ação

✓ **Indenização de abono de permanência para aposentados**

Para aqueles que se aposentaram pela via da aposentadoria normal ou com base no artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 (nesse caso, comprovando que atingiu tempo de serviço e idade exigidos para a aposentadoria especial de magistério), após a vigência da Lei Federal nº 11.301/2006, ou seja: 10/05/2006.

✓ **Quem pode entrar com essa ação?**

Diretores de Escola e Supervisores de Ensino que se aposentaram voluntariamente pela via normal ou nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, e desde que comprovadas as exigências para a concessão de aposentadoria especial.

Obs: O prazo máximo para ingressar com esta ação é de 5 anos, a partir da data da publicação da aposentadoria

✓ **Honorários Advocatícios**

Honorários advocatícios serão devidos somente em caso de sucesso da medida e estarão limitados a **10% (dez por cento)** sobre a importância total bruta recebida.

A UDEMO arcará com as custas processuais necessárias ao desenvolvimento da ação. Todavia, em caso de derrota, o associado arcará com as verbas de sucumbência.

✓ **Pagamento ao associado**

Ao término da ação, a importância liberada será creditada em sua conta corrente. Por esta razão, o associado se compromete a manter seus dados atualizados.

✓ **Documentos necessários**

1. Cópia do DOE que concedeu a aposentadoria;
2. Cópia da Certidão de Liquidação de Tempo de Contribuição (Ficha 101 ou CONTDRHU);
3. Cópia de todos os holerites compreendidos entre a data em que se completaram os requisitos para a aposentadoria especial até a efetivação da aposentadoria;
4. RG, CPF e último holerite;

✓ **Esclarecimentos**

Esta ação será **promovida exclusivamente pelo próprio Departamento Jurídico da UDEMO**.

Este termo, a procuração, o termo de compromisso, a declaração de hipossuficiência econômica, e toda a documentação respectiva, deverão ser encaminhados, preferencialmente, digitalizados à UDEMO, por meio do e-mail: juridico@udemo.org.br

O associado poderá, a qualquer tempo, requerer informações do andamento processual pessoalmente, por telefone ou por e-mail.

✓ **De acordo**

O associado concorda com os termos desta proposta.

Nome Legível: _____ RG: _____

Assinatura: _____, ____/____/____.

PROCURAÇÃO
“AD-JUDICIA ET EXTRA”

Pelo presente instrumento particular de Procuração, o(a) **Sr(a):**

Nacionalidade _____, Estado Civil _____,

Cargo/Função _____,

R.G. nº _____, C.P.F. nº _____,

R.S. nº _____, Data de Nascimento ____/____/_____, Residente e
domiciliado(a): _____

Nº _____, Complemento _____, Bairro _____,

no Município de _____,

Estado de _____, CEP nº _____, DDD/Fone (____) _____,

Órgão de Lotação _____,

D.E. _____, e-mail: _____,

nomeia e constitui seus bastante procuradores a advogada **LUCIANA ROSSATO RICCI**, brasileira, solteira, inscrita na sob o nº OAB/SP 243.727, o advogado **RODRIGO SOARES PEREIRA**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/SP sob o nº. 340.619, a advogada **DANIELLE ARAUJO DE SOUZA**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/SP sob o nº. 344.736, o **LUCAS MALACHIAS ANSELMO**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/SP sob o nº 359.753, e a **VANESSA NERY AGUIAR**, brasileira, casada, inscrita na OAB/SP sob o nº 298.177, bem como a estagiária de direito **NAYARA PAULA RODRIGUES DOS SANTOS**, brasileira, solteira, portadora do RG 48.543.553-6, todos integrantes do Departamento Jurídico da UDEMO, com endereço à Avenida Ipiranga, nº. 318, Bloco B, 7º andar, Centro, Capital, CEP 01046-925, aos quais confere amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula "ad-judicia et extra", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, para promover e manifestar-se em ações ordinárias, mandados de segurança contra a Fazenda do Estado de São Paulo, Autarquias Estaduais, a SPPREV – São Paulo Previdência, podendo os mandatários praticar todos os atos que se fizerem necessários para o cabal cumprimento do presente, inclusive desistir, transigir, prestar declarações, renunciar a crédito, firmar compromissos e acordos, receber e dar quitação, efetuar levantamentos ou depósitos, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer com ou sem reserva de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso para o fiel cumprimento do presente mandato.

_____, _____ de _____ de 2017.

Termo de Compromisso

Eu, _____,
RG. _____, CPF _____,

ASSUMO O COMPROMISSO DE

1. Fornecer, no prazo, aos advogados do Departamento Jurídico da Udemo, todas as informações e os materiais que me forem solicitados;
2. Seguir fielmente as orientações e instruções que por eles me forem passadas, durante todo o procedimento;
3. Entrar em contato com os advogados, por e-mail, passando informações e solicitando marcação de horário para atendimento;
4. Não tomar nenhuma decisão isolada, por conta própria, sem o conhecimento e a autorização, por escrito, dos advogados;
5. Não protocolar documentos, papéis ou pedidos, diretamente, sem antes passar pela entidade;
6. Não contratar nem consultar-me com outro advogado, durante todo o procedimento.

Declaro, ainda, estar ciente de que as informações relativas ao andamento do processo serão prestadas diretamente, e tão somente, a minha pessoa. Caso venha a descumprir qualquer das orientações acima mencionadas, os advogados renunciarão à minha defesa, nos termos da deliberação da Diretoria Executiva, de 13/09/2009, e do Conselho Deliberativo, de 14/09/2009.

De acordo com o Estatuto da Udemo, Art. 11. "Para fazer jus aos direitos estipulados neste Estatuto, os associados deverão estar quites com os cofres sociais e não poderão estar cumprindo as penalidades previstas no artigo 13".

_____/_____/_____.

Assinatura

DECLARAÇÃO

Nome: _____, nacionalidade
_____, estado civil _____, portadora
do RG nº. _____, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas/MF
nº. _____, residente e domiciliada

_____, **DECLARA**, para os
devidos fins, que não possui condições financeiras para arcar com as despesas
inerentes a presente ação, sem prejuízo de meu sustento próprio e de sua
família, requerendo, portanto, gratuidade da Justiça, nos termos da lei nº.
7.115/83, art. 98 do Novo Código de Processo Civil e art. 5º, inciso LXXIV da
Constituição Federal.

_____, ____ de _____ de _____.
